

Leite nas prateleiras

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ainda não encontrou, nos supermercados, os indícios que levaram a Polícia Federal a prender anteontem, no sul de Minas Gerais, 27 pessoas - entre elas um funcionário do Serviço de Inspeção Federal (SIF) - por envolvimento em suposto esquema de adulteração na produção de leite longa vida, com adição de substâncias impróprias para o consumo humano. O laudo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) indicou alterações nas amostras de leite das cooperativas Agropecuária do Sudoeste Mineiro (Casmil) e dos Produtores de Leite do Vale do Rio Grande (Coopervale). O leite adulterado era revendido para empresas como a Calu e a Parmalat, que o comercializam em embalagens próprias por todo o país. Em Salvador, o produto da Parmalat continua a ser vendido normalmente nas prateleiras. Dos suspeitos de fraudar a produção de 450 mil litros de leite longa vida por dia, 13 foram soltos ontem por colaborarem com as investigações. A PF pretende concluir hoje o estudo que vai mostrar qual o trajeto do alimento adulterado, desde a produção até o consumidor final. Estas informações podem apontar se existe o risco de lotes do produto em questão terem vindo para a Bahia. Segundo o laudo do Mapa, 10% do leite processado pelas duas cooperativas eram compostos de água, soro, soda cáustica, peróxido de hidrogênio (água oxigenada), ácido cítrico, citrato de sódio, sal e açúcar. A intenção era aumentar a quantidade do produto e o período de acondicionamento sem deterioração. A adição de água oxigenada no leite já deteriorado, por exemplo, mata os microorganismos e dificulta a fiscalização da validade do produto. A assessoria da Anvisa, em Brasília, informou que até o momento não há, em nenhuma região do país, informações sobre epidemia decorrente do consumo de leite longa vida das marcas investigadas. Segundo a agência, um monitoramento preventivo das caixas de leite vendidas nos supermercados reforça a constatação, apesar de nada parecido ainda ter sido feito na capital baiana. A vigilância sanitária do município, através de sua assessoria, diz que não foi comunicada oficialmente pela Anvisa sobre qualquer procedimento referente à fiscalização e recolhimento do material. As amostras apreendidas ainda passarão por uma análise laboratorial para se saber quais as conseqüências de sua ingestão para o organismo humano.